

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-7-2018.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, João Carlos Nedel, José Freitas, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mendes Ribeiro. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a debater o tema específico “exposição do trabalho desenvolvido pelos bombeiros, especialmente o Plano de Prevenção contra Incêndio – PPCI – e as atividades realizadas por essa corporação”. Compuseram a Mesa Mônica Leal, presidindo os trabalhos, e Luiz Carlos Neves Soares Júnior, Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar. Em continuidade, a Presidenta concedeu a palavra a Luiz Carlos Neves Soares Júnior, que se pronunciou acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se José Freitas, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga e Moisés Barboza. Após, a Presidenta concedeu a palavra, para considerações finais, a Luiz Carlos Neves Soares Júnior. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e cinco minutos às quinze horas e vinte e nove minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Moisés Barboza, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Comandante Nádia e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos acompanha aqui nas galerias; eu subo a esta tribuna não para fazer uma crítica, mas para fazer uso de um raciocínio com o qual eu não concordo. Ontem, a Assembleia Legislativa, Ver. Oliboni,

aprovou, por unanimidade, um projeto de um deputado que é do meu partido, que tem uma grande história, que tem um futuro brilhante, que proíbe às cantinas das escolas públicas e privadas venderem balas, refrigerantes, salgadinhos. Por unanimidade, Presidente Mônica! Aí eu fico pensando: o que nós, gaúchos, temos ainda para avançar e evoluir? Será que o Estado tem que interferir, mais uma vez dessa forma, na vida das pessoas, das famílias? Como será o futuro dessas crianças – frustradas? – porque não podem sair da aula, comprar uma bala, comer um salgadinho, comprar um refrigerante? Todos nós fomos crianças, e a gente gostava de levar o dinheiro, na hora da merenda, para poder comprar uma balinha. Então, me preocupa, ainda mais que eu vi hoje, em todos os noticiários, elogios a esse projeto. Os mesmos que criticaram quando a Ver.^a Sofia propôs retirar das mesas os recipientes com sal, quando a Ver.^a Mônica quis proibir a venda do energético para menores. E hoje, todos elogiaram o projeto. Boa intenção teve o deputado, eu não tenho dúvida que ele é um grande deputado, mas, na minha opinião, o projeto é equivocado. Mais uma vez estamos penalizando aqueles que geram renda, que geram emprego e que ajudam ou incentivam a economia do nosso Estado.

Eu não poderia deixar de falar sobre esse assunto, porque, realmente, eu fiquei perplexo com a votação, porque não teve nenhum voto contrário. Foi unânime! Todos aprovaram o projeto. Então, eu uso este tempo de Comunicação de Líder pelo meu partido não para criticar, mas para uma avaliação do que nós estamos fazendo, do que nós estamos propondo e o que nós estamos oferecendo ao nosso Estado. Acho que nós temos que trabalhar para alavancar, para cada vez mais aprimorar, incentivar as indústrias, os empreendedores, a geração de renda e a geração de emprego. Portanto, fica aqui minha reflexão. Acho que nós temos que trabalhar, sim, para melhorar cada vez mais os serviços públicos e a qualidade de vida. Agora, usar o problema da saúde e das crianças para botar uma lei dessa magnitude, com esse impacto para as empresas, eu não concordo. Fica aqui minha reflexão...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Exatamente, Ver. João Bosco. Acho que os pais devem orientar o que as crianças podem e não podem comer, o que é bom e o que não é; e não, simplesmente, o Estado, mais uma vez, interferir na vida das pessoas, grosseiramente, proibindo as cantinas, aqueles que trabalham desde as 6h da manhã às 10h da noite para poderem manter seus empregados e gerar renda para a sua família.

Então, Vereadora, fica aqui o comunicado, o pensamento deste Vereador, Líder do nosso PMDB. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado à exposição do trabalho desenvolvido pelos bombeiros, especialmente o Plano de Prevenção Contra Incêndio – PPCI, e as atividades realizadas por essa importante corporação, inerente à segurança pública do Estado, trazido pelo Sr. Luiz Carlos Neves Soares Júnior, Tenente-Coronel, Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Luiz Carlos Neves Soares Júnior, Tenente-Coronel, Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar.

O Sr. Luiz Carlos Neves Soares Júnior está com a palavra.

SR. LUIZ CARLOS NEVES SOARES JÚNIOR: Obrigado, Presidente, Ver.^a Mônica Leal. Gostaria de agradecer o convite da Mesa Diretora para fazer uma apresentação do trabalho desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros neste Município. Na semana em que nos encontramos, é comemorado o Dia do Bombeiro, dia 02 de julho, estaremos desenvolvendo atividades relativas à semana de prevenção contra incêndios. Além de algumas festividades, estamos recebendo escolas municipais, estaduais e privadas nos quartéis do Corpo de Bombeiros, transmitindo ensinamentos sobre prevenção de acidentes domésticos e prevenção de incêndios.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

SR. LUIZ CARLOS NEVES SOARES JÚNIOR: O Corpo de Bombeiros iniciou sua história em 1884, no Município de Porto Alegre, com serviço privado, mantido pelas seguradoras de incêndio e, posteriormente, absorvido pelo Estado do Rio Grande do Sul, dando origem ao Corpo de Bombeiros do Estado, em 1895. Em 1935, este serviço é encampado pela Brigada Militar e, em 20 de junho de 2014, acontece a sua emancipação, desvinculando-se da Brigada Militar, instituição da qual fizemos parte por quase 80 anos.

Trouxemos aqui um registro histórico de onde se localizava o Corpo de Bombeiros, próximo ao Cais do Porto, permanecendo lá até a década de 1960.

Ocorrências históricas temos várias, emblemáticas. A enchente de 1041, que assolou a Cidade; o incêndio das Lojas Renner, uma tragédia que impactou a vida de todos os gaúchos, não só dos porto-alegrenses, com 41 mortes. Com isso, nasce a primeira lei de prevenção da Capital, uma lei municipal, disciplinando a prevenção contra incêndio em todas as edificações. Em 27 de junho de 1996, temos o incêndio do edifício do cinema Cacique, também muito emblemático. Nesta época, esse evento dá origem à lei estadual de prevenção contra incêndio. Até então, os municípios tinham leis municipais, muitas disciplinando apenas sobre existência de extintores, o que é uma coisa muito básica, incipiente, em termos de prevenção de incêndio. Em 2014, nós tivemos um incêndio na então denominada Vila dos Papeleiros, ali na Av. Voluntários da Pátria, 90% das habitações foram queimadas, 600 pessoas desabrigadas, desalojadas. Em 2013, tivemos o incêndio do nosso Mercado Público, que tem os seus reflexos até

hoje, pois o Mercado Público ainda não tem o seu segundo andar liberado para utilização – outro incêndio que está na memória dos porto-alegrenses. Por fim, o temporal de 2016, que assolou toda a Capital, causando em torno de R\$ 50 milhões em prejuízos. Nesses momentos marcantes da vida da Cidade, o Corpo de Bombeiros esteve presente com seus homens e mulheres, resgatando, salvando, combatendo incêndios, enfim, oferecendo segurança a toda comunidade.

Nós temos aqui, em Porto Alegre, o 1º Batalhão de Bombeiros, cujo símbolo traduz o seu lema: “Anjos da Guarda Servindo à Vida”. Nós nos consideramos anjos da guarda de toda a população, desses 1,5 milhão de habitantes, que podem contar nas 24 horas do dia com o serviço do Corpo de Bombeiros. Atualmente a sede do Batalhão se encontra na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 345, quase esquina da Av. Borges de Medeiros, já recebi a visita de inúmeros Vereadores e este é um motivo também que corrobora a nossa vinda aqui para esclarecer algumas faces do nosso serviço. O Corpo de Bombeiros atualmente se divide em: Divisão Administrativa, Divisão de Operações e Defesa Civil, Divisão de Segurança Contra Incêndio, 1º e 2º Companhias de Bombeiro Militar.

Aqui, nós temos a fachada da sede do Batalhão, que fica na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nela também se encontra a sede do Pelotão Açorianos, que é uma unidade operacional. Nós temos pelotões espalhados por toda a Cidade: Pelotão Açorianos, que fica na Av. Praia de Belas; Pelotão Teresópolis; Pelotão Assunção; Pelotão Belém Novo; Pelotão Restinga; Pelotão Floresta; e o Pelotão Partenon. Então, Ver. Aldacir Oliboni, nós tivemos um dano no Pelotão do Partenon, agora, em outubro, em razão de um temporal que assolou Porto Alegre, impossibilitou que os bombeiros tirem serviço aqui. E este projeto de reforma se encontra na Prefeitura Municipal, todo o projeto de reforma, todo o memorial descritivo aguardando licitação. E o custo dessa reforma, apurado em primeiros orçamentos, vai girar em torno de R\$ 800 mil e será custeado integralmente com o dinheiro do Fundo de Reequipamento Corpo de Bombeiros – Funrebom. Nós temos o Pelotão Passo D’Areia, e o Pelotão Aeroporto. Para que os Vereadores saibam, a segurança aeroportuária, o que permite que aviões pousem e decolem, o tamanho do avião que pousa e decola no aeroporto, é determinada pela existência de bombeiros no aeroporto e pelo número de bombeiros que existem no aeroporto. Com a ampliação da pista, aviões de maior porte farão pousos e decolagens e, conseqüentemente, um número maior de bombeiros e viaturas será necessário nesse local. Esse serviço existe mediante um convênio, antigamente, com a Infraero e, atualmente, com a Fraport, que é a permissionária do aeroporto. Eles repassam um valor para o Governo do Estado para a manutenção do serviço.

Dentro do Município de Porto Alegre, nós temos, então, a distribuição das áreas territoriais de abrangência de cada pelotão para atendimento de ocorrências e nós temos um tempo resposta a cumprir para que o combate a incêndio se torne efetivo e minimize os danos a residências ou a vítimas. Então, hoje, na Capital, essa é a disposição de todas as unidades de bombeiros, e, com alguma frequência, nós reprogramamos essa área em função de obras, em função dessa situação atual, que é a

inoperância do Pelotão do Partenon. E poderemos ainda, no futuro, ter novas unidades e uma nova redistribuição de área.

No ano de 2017, nós atendemos 1.975 ocorrências no Município de Porto Alegre. Nosso maior índice de ocorrências, sim, são incêndios. Aqui a maioria dos incêndios não é noticiado pela imprensa, trata-se de residências, de habitações populares e não existe a cobertura da mídia. Também nós temos uma grande incidência de incêndios provocados por vandalismo, principalmente aos contêineres de lixo. Semanalmente, temos uma grande quantidade de contêineres que são incendiados, principalmente na área central. Temos ações preventivas, que são remoções de abelhas, de árvores e demais fontes de perigo. Agora, em 2018, nós já tivemos 2.298 ocorrências, também com o maior foco em incêndio. Quanto mais rigoroso for o inverno, maior o aumento no número de incêndios, principalmente nesses meses de início de inverno nos quais não são feitas manutenções preventivas tanto elétricas, como em lareiras, fogões a lenha, e isso gera uma disparada, justamente, nos primeiros frios mais rigorosos de cada inverno ou outono.

Como o enfoque do convite foi a prevenção de incêndios, nós vamos detalhar um pouco mais sobre isso. Bem, senhores, num passado não muito distante, principalmente após a tragédia da boate Kiss, nós tivemos um trancamento absoluto e total pela edição da Lei Estadual nº 17.376, denominada Lei Kiss. E Porto Alegre foi um Município bastante afetado na questão de prazos para a obtenção de licenciamentos. O Corpo de Bombeiros não foi ouvido plenamente nessa mudança de legislação, e nós operamos a prevenção de incêndio. Essa é uma questão muito importante para quem opera o sistema, acredito que ele deve ser sempre ouvido. Com o passar do tempo, nós conseguimos direcionar e assessorar para uma mudança da legislação, até que hoje nós chegamos nesse modelo de prevenção de incêndio. Então, nós temos três tipos de licenciamento, quando a Lei Kiss foi aprovada, ela só tinha um tipo de licenciamento, ela tratava de maneira igual um *shopping* e uma casa que tinha uma barbearia: o processo físico com ARTs, com aprovação, uma fila única. Então, com o tempo, conseguimos diferenciar isso. Nós temos duas modalidades de licenciamento eletrônico: uma é o Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros – CLCB; outra é o Plano Simplificado de Proteção Contra Incêndio – PSPCI, que são para edificações de menor complexidade; a outra é o PPCI, que é o licenciamento físico. O Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros tem requisitos para serem cumpridos: até 200 metros quadrados, possuir, no máximo, até dois pavimentos; ser classificado com grau de risco de incêndio baixo ou médio; não se enquadrar em F e G, que são locais de reunião de público, postos de combustíveis, estacionamentos; não possuir área/depósito de manipulação de combustíveis; não possuir mais de 26 quilogramas de gás, que são dois P13, que a gente usa normalmente em casa; não possuir subsolo acima de 50 metros quadrados.

Bem, quem pode fazer o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros? Qualquer pessoa através da internet, ele é declaratório. Se tiver um salão de beleza que cumpre esses requisitos, eu mesmo, proprietário do salão de beleza, faço o cadastramento no *site* e obtenho o CLCB, que tem o mesmo efeito do alvará de proteção

contra incêndio. Eu retiro esse CLCB e consigo a minha licença junto à Prefeitura Municipal.

Nós temos o Plano Simplificado de Proteção e Combate de Incêndio dividido em risco médio e risco baixo, com área total até 750 metros quadrados, três pavimentos. Para CTGs e clubes sociais foi excepcionalizada, através de uma emenda, numa lei futura nº 14.376, possibilitando a esses até 1.500 metros quadrados. PSPCI de risco baixo pode ser lançado pelo proprietário, e a responsabilidade vai ser do proprietário. O de risco médio vai ser de responsabilidade do engenheiro ou arquiteto, o lançamento dos dados será feito mediante a comprovação de uma ART ou uma RRT do arquiteto ou engenheiro. Esse modelo simplificado gera um alvará de proteção contra incêndio e, aí, sim, é possível obter as demais permissões do Município. Por fim, temos o plano completo de prevenção contra incêndios, que abrange tudo aquilo que não foi contemplado tanto pelo CLCB ou pelo PSPCI, plano simplificado...

Bem, nós temos aqui o trabalho realizado no ano passado. No ano passado nós tínhamos ainda uma demora. Quando eu vim para o 1º Batalhão, dia 28 de agosto de 2017, nós tínhamos uma demora de 300 dias para a aprovação de um PPCI, e nós tínhamos aproximadamente 90 dias para a marcação de uma vistoria. O novo Comandante-Geral trouxe, para Porto Alegre, oficiais com larga experiência em prevenção de incêndios para aplicarem algumas experiências que, no interior do Estado, deram certo. Então nós tínhamos esse número de aprovações, 1.982 aprovações em um ano; 1.986 alvarás em um ano. Os senhores podem notar que a realização de exame e análise, aqui embaixo, 11.971, tinha de 85% a 90% de correções. E a emissão de notificação de correção de exame e análise, 9.948.

Bom, neste primeiro semestre, nós já temos 615 emissões de alvarás de prevenção e 4.648 realizações de exame e análise. Qual a diferença do semestre de 2017 para o primeiro semestre de 2018? Nós temos agora, na segunda coluna, um aumento de 300% na realização de análises. Então os processos de prevenção contra incêndio – que antes se encontravam em trancamento – hoje estão sendo analisados, estão fluindo com maior rapidez. Já emitimos 3.997 notificações, que é um índice que nós queremos melhorar. Estamos trabalhando com os profissionais para que esse índice de reprovação diminua e estamos aprovando bem mais que em relação ao período anterior. Nós já aprovamos 1.197.

Bem, senhores, prazos: para o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros, nós temos um prazo de dois dias úteis. Por ele ser eletrônico, por ele ser declaratório, o sistema barra a informação incorreta também, já aponta que aquela informação não se aplica ao CLCB, obriga o declarante a rever se aquela informação é correta ou não. O Plano Simplificado de Prevenção Contra Incêndio – PSPCI, também é de dois dias úteis. Lembrando que esses processos eletrônicos são para edificações de até 200 metros quadrados e até 750 metros quadrados. Para o PPCI, que encontrávamos no ano passado em 300 dias, o nosso tempo de análise é de 40 dias. Se o profissional não tiver nenhum tipo de erro, em 43 dias ele obtém o Alvará de Prevenção Contra Incêndio. Uma reportagem recente, em jornal de grande circulação na Capital, aponta Porto Alegre com mais de cem dias para a obtenção de uma licença para abrir qualquer

tipo de empreendimento ou negócio. Por parte dos bombeiros, podem ser dois dias úteis ou 43 dias. Havendo erro por parte do profissional na elaboração do PPCI, a segunda análise é feita em 60 dias; aí pulamos para 103 dias. Sobre esse exercício de fiscalização, de poder de polícia, de aprovação de PPCIs, obrigatoriamente incide uma cobrança de taxa de origem estadual, que reverte para o Funrebom. Então, hoje, nós temos, em todos os pelotões distribuídos em Porto Alegre, caminhões com ano/modelo superior a 2012: dois caminhões de 2018, três caminhões de 2015 e os outros caminhões de 2012. E nós temos para receber, ainda este mês, mais um caminhão novo. Temos viaturas reserva, para o caso de manutenção de qualquer viatura de combate a incêndio; veículos para locais de difícil acesso; viatura de pequeno porte para fiscalização de prevenção de incêndio; viaturas modelo caminhonete para atendimento de ocorrências de baixa e média complexidade. Em casos de incêndios demorados, como os senhores viram na situação do Mercado Público, esse equipamento aqui permite que os bombeiros recarreguem cilindros de ar respirável no próprio local de ocorrência, sem precisar voltar ao quartel. Em seis segundos, ele recarrega um cilindro de ar, permitindo o ingresso. Agora, no mês passado, nós recebemos 300 equipamentos de proteção individual, modelo austríaco. Qualquer cena de bombeiro alemão, bombeiro inglês tem o mesmo equipamento utilizado pelo bombeiro de Porto Alegre. Esse é um investimento de R\$ 1,4 milhão feito pelo Funrebom. Todos os bombeiros estão equipados para entrar em qualquer tipo de ocorrência. A nossa instituição se caracteriza pela disciplina e hierarquia, e é ela que serve para que nós possamos prestar um excelente serviço para a comunidade gaúcha. Sra. Presidente, muito obrigado pelo espaço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido o Tenente-Coronel, Luiz Carlos Neves Soares Júnior, a fazer parte da Mesa.

O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica; Tenente-Coronel Luiz; demais integrantes do Corpo de Bombeiros; público que nos assiste; colegas Vereadores. É uma honra, Tenente-Coronel Luiz, recebê-lo aqui, receber o 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros. Nós fizemos um esforço para que o senhor pudesse fazer essa explanação, até mesmo para a população ficar sabendo do trabalho que o senhor está desempenhando à frente do 1º Batalhão. Eu acho que o mais importante de tudo é em relação ao PPCI, pois tinha uma demanda muito grande reprimida, e é novo que depois que o senhor assumiu o senhor conseguiu colocar em dia essa demanda reprimida, que era uma angústia dos porto-alegrenses essa questão do PPCI. Colegas Vereadores, conforme o PowerPoint apresentado, vocês podem ver, na área de cobertura, a parte amarela, toda a Zona Norte descoberta. O que tem ali, mais próximo, é Passo D'Areia, aeroporto e Floresta, que fica mais próximo da Zona Norte. Coronel, quando passamos pela Secretaria Municipal de Segurança, na época o

Comandante Krukoski, estávamos trabalhando a questão da segurança, de como a Guarda Municipal poderia cuidar melhor aquele espaço do sambódromo, que até hoje está lá, infelizmente jogada às traças. Foi discutido e pensado em várias alternativas, e uma delas foi colocar uma unidade do corpo de bombeiros lá. Na época discutimos, e inclusive o comandante foi conosco lá e está separado, dentro ali do Sambódromo, um espaço para construir uma unidade futuramente. Podemos retomar isso junto com o Governo, para que se crie uma unidade na Zona Norte que cubra melhor toda aquela extensão. E, com certeza, a Zona Norte será melhor atendida com uma futura unidade. Na época foi disponibilizado pela Prefeitura, dentro do Sambódromo, um espaço para construir mais uma unidade do Corpo de Bombeiros. Quero falar rapidamente sobre o Funrebom. Estamos com um projeto tramitando, e acho que quem trabalhou com este projeto lá no Governo, eu duvido que tenha sentado com os bombeiros. Eu duvido, porque todos os equipamentos que o comandante mostrou aqui, caminhões, também os equipamentos de proteção individual, tudo foi através do Funrebom. Como é que podemos votar pela retirada do Funrebom? Graças a Deus, a Ver.^a Comandante Nádia fez uma emenda, que votaremos a favor dessa sua emenda para que venha a continuar com o Funrebom. O Funrebom não pode ser exterminado, assim como os outros, eu sou contrário também aos outros fundos. Porque atrás de cada fundo, atrás da criação de cada fundo tem uma luta, tem uma grande luta para criar esse fundo. Então, o Funrebom, está fora de cogitação terminar com ele, fora de cogitação! Porque, senão, os bombeiros ficarão sem pernas, sem recursos para trabalhar. Então, parabéns mais uma vez, eu queria, no final deste período, Presidente, fazer a entrega de uma placa ao 1º Batalhão de Bombeiros Militares, representado pelo Sr. Luiz Carlos Neves Soares Júnior, Tenente-Coronel, pelo trabalho desempenhado. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, em seu nome, gostaria de cumprimentar os colegas Vereadores e Vereadoras que aqui se encontram; o Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militares, Tenente-Coronel Luiz Carlos Neves Soares Júnior; em seu nome gostaria de cumprimentar os oficiais e praças que aqui se encontram do nosso valoroso Corpo de Bombeiros. Dizer, primeiro, que é um prazer tê-los aqui, Cel. Luiz, nos repassando importantes informações a respeito do PPCI, do PPCI Simplificado, que tantas vezes nós Vereadores recebemos reclamações aqui nesta Casa. A partir de suas explicações temos o conhecimento, a partir de hoje, temos como explicar o que acontece e também sermos mais um agente de informação de como acontece o PPCI. Parabéns, por agilizar, dar celeridade nesse Plano tão importante para que sejam abertos empreendedores. Estou aqui falando em nome da minha bancada, do PMDB, em nome dos Vereadores Valter Nagelstein, André Carús, Mendes Ribeiro, Lourdes Sprenger e desta Vereadora.

A nossa bancada ficou muito feliz pela sua exposição. Sabemos das mais variadas funções que exercem os nossos bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul, são socorristas, são emergencistas, são professores, porque previnem e ensinam àqueles que desconhecem a importância de se ter exatamente, Ver. Freitas, o conhecimento da importância da prevenção. Ainda estamos a anos-luz dos Estados Unidos, da Europa, de outros países, mas tenho certeza de que com esses homens e mulheres preparados, abnegados, estaremos cada dia melhor. Sabemos que os riscos existem em todos os empreendimentos, em todas as casas, aqui nesta Câmara de Vereadores, mas os desastres podem ser evitados a partir da prevenção, a partir da educação, a partir de bombeiros que acendem a chama da esperança. Quero dizer a vocês que sabemos o quão heróis vocês são! O que leva um bombeiro a querer entrar num edifício em chamas quando todos dali fogem é exatamente esse altruísmo, essa vontade de fazer o bem, essa vontade de preservar vidas. Então, Coronel Luiz, muito obrigada por este momento, obrigada ao Ver. Freitas por estar nos oportunizando este momento através da Mesa, de podermos compreender um pouco mais o PPCI, podermos também ser multiplicadores do que acontece no Corpo de Bombeiros. Coronel Luiz, parabéns ao seu efetivo que tem sido exemplar aqui em Porto Alegre, sabemos da qualidade, da qualificação e da importância do Corpo de Bombeiros no Estado do Rio Grande do Sul. Salve os Bombeiros, vida longa a vocês! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero aqui, em nome da bancada do PT, além de saudar, parabenizar o Tenente-Coronel Luiz, na medida em que nós percebemos que a sobrecarga da liberação dos PPCIs era uma realidade quando aprovada a lei, e, com a vinda do senhor, com a equipe muito atuante, reduziram-se significativamente as demandas reprimidas, sendo atendidas com maior agilidade as solicitações dos cidadãos e das cidadãs que passam por dificuldades, muitas vezes, de operacionalizar a liberação dos seus estabelecimentos. Como o senhor falou aqui para nós, hoje, em 40 dias ou, no máximo, 60 dias, estão com a licença, com o PPCI na mão, à disposição no estabelecimento.

Nós sabemos, sim, que o papel do Corpo de Bombeiros é de extrema importância, e eu posso aqui testemunhar. Das nove unidades, conforme explanado aqui pelo Tenente-Coronel Luiz, uma delas é no bairro Partenon, região leste de Porto Alegre, Ver.³ Sofia, que, recentemente, num vendaval que ocorreu na nossa Cidade, acabou não só destelhando, mas prejudicando e inviabilizando a continuidade da equipe de Corpo de Bombeiros na região leste – para quem não sabe, ali na frente do Carrefour, próximo à PUCRS. Um projeto de revitalização do local tem um custo de R\$ 800 mil, e eu tive a felicidade de ir junto com o Deputado Nelsinho Metalúrgico visitar a unidade

central do Corpo de Bombeiros, onde o Tenente-Coronel Luiz e vários colegas nos atenderam.

Obviamente, o projeto está andando, já está na Prefeitura com o aval, possivelmente, até porque não são recursos próprios do Município. Como disse o nobre Ver. Freitas, proponente deste período de Comunicações, o Funrebom, que é uma verba municipal, com certeza, dará – já está dando – a estrutura necessária para comprar as viaturas e para operacionalizar as reformas necessárias. Infelizmente, também como disse o nobre Ver. Freitas, o Governo Municipal mandou para esta Casa um projeto de lei extinguindo uma infinidade de fundos, dentre os quais o Funrebom que é a vida do Corpo de Bombeiros. São profissionais que estão ali na luta para salvar vidas humanas e que não têm muito, infelizmente, o apoio do Governo Federal e Estadual, nem Municipal, ou recursos transferidos para estas possíveis viaturas, ou reformas, ou novas estruturas para novas unidades, Freitas, como V. Exa. aqui solicitou uma nova unidade, para poder viabilizar as ações do Corpo de Bombeiros.

Então, é evidente, têm várias emendas aqui, uma, inclusive, assinada por nossa Bancada, que além de extinguir, de viabilizar que o Funrebom continue, têm outros fundos que nós achamos de extrema importância que devam continuar. Portanto, vários Vereadores apresentaram emendas. E nós temos, sim, como objetivo principal, não só especificar um ou dois fundos deste projeto que este Governo, infelizmente, mandou. É um projeto tempestivo, numa realidade dura e crua, que, simplesmente, pode tentar tirar esses fundos. Eu sei que esse projeto dificilmente vai passar aqui na Casa, e espero que tenha a sensibilidade dos colegas Vereadores. Espero que a gente possa, nessa perspectiva, dar um apoio institucional ao Corpo de Bombeiros – agora separado da Brigada Militar – que precisa, sim, não só de ações concretas para viabilizar as demandas que são inúmeras, ora apresentadas. Para os senhores terem uma ideia, em 2018, já ultrapassam de duas mil – 2.298 – ações; portanto, não é qualquer coisa. Eu tenho certeza absoluta que eles devem estar demandando, por exemplo, profissionais para qualificar. Eu tive a alegria de visitar esse local e perceber a agilidade e a importância que têm esses profissionais que lutam e salvam vidas humanas. Parabéns pelo trabalho, sejam bem-vindos à Câmara. Em nome da nossa Bancada, sucesso e bom trabalho por muitos e muitos anos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Consegui escutar a sua fala, apesar de ser bastante técnica, nós percebemos o quanto os bombeiros estão preocupados, a partir da construção de sua autonomia, em responder à sociedade, em especial, a partir da comoção que houve com a boate Kiss. Quero aqui dizer que nós, talvez não tão presentes junto à corporação, mas muitas vezes nesta tribuna e nos vários embates que temos tido nesta Cidade, temos

defendido, esperamos que sim, os interesses dos bombeiros tanto da Capital quanto da corporação na sua atuação no Estado do Rio Grande do Sul. Dou alguns exemplos: o tema do CETE, o nosso entendimento é que era um equívoco levar os bombeiros, a formação dos bombeiros, a academia dos bombeiros para aquela área, achamos que não era bom para ambos, até pelo conflito que, para a atuação de vocês, para as atividades específicas que vocês teriam, ia encontrar com a demanda que há no CETE, hoje, de esportes, com a vizinhança, com os prédios. Essa Câmara assumiu a bronca e visitamos, na Comissão de Educação, e nos manifestamos de forma veemente porque entendemos que esse conflito não é salutar, que o CETE é o último espaço de treinamento, espaço para várias modalidades esportivas e lutas, mas principalmente porque os bombeiros não podem perder, não devem perder a área de sua origem histórica, de sua identidade, que é essa área na Lima e Silva. O nosso ginásio da Brigada Militar, que é um ginásio de treinamento, mas também de grandes encontros onde aconteceram as olimpíadas estudantis, em 1963, e todos têm grande memória desse lugar. Em outros momentos, a nossa preocupação é que o desaparecimento dos bombeiros, o nosso Líder Oliboni já falou aqui, do Funrebom, esse esvaziamento dos fundos. Se passar o projeto como está, não é bem-vindo, a nossa Casa, estamos trabalhando para derrotar o projeto como um todo, porque, se há fundo, é porque houve uma necessidade, houve uma construção, houve uma compreensão da importância de cada cidade investir e ajudar o Corpo de Bombeiros, assumir o Corpo de Bombeiros como seu, como um serviço fundamental, e que dirá a Capital dos Gaúchos onde aqui, sim, houve, fora a boate Kiss, os maiores incêndios, as maiores tragédias que o Corpo de Bombeiros já atendeu e já enfrentou. Nós, aqui, temos perdido vários espaços, o nosso Líder citou um, espaços de quartéis, de bombeiros, nós estamos na iminência de perder o espaço do Cais Mauá, não temos solução, o Comandante Wagner, daquele regimento, esteve aqui no início do ano passado nos trazendo todos os esforços que os bombeiros vêm fazendo para obter respostas concretas e adequadas. Esta Câmara está ciente de que não dá para permitir uma exploração econômica do Cais Mauá com prejuízo da atuação do corpo de bombeiros, principalmente a atuação em mar. Ar e mar, para o que vocês estão preparados, a academia que lá tem, que é tão importante, o treinamento que tem que ser feito e a parceria com a Marinha. Estamos vigilantes sobre isso, vigilantes sobre os demais quartéis e muito preocupados. Que vocês possam contar conosco, para manter esse excelente trabalho técnico.

Por fim, quero citar, na excelência do trabalho de vocês, a qualidade do conhecimento: o caso do Mercado Público Municipal. O Prefeito levou um ano e meio para dar acordo, na Justiça, para os permissionários realizarem o PPCI. Eles têm um alvará temporário, e antes a previsão era de que tinha que ter um reservatório enorme de água. Que bonito foi agora a reformulação, os conselhos técnicos, que eu sei, os permissionários me contaram, provavelmente foram do senhor, eu não sei...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Do Capitão Jardim, dizendo que não, que estava inadequado, que, para aquele tipo de espaço, seria melhor fazer um alarme contra incêndio, outro tipo de intervenção. Olhem só que importante o conhecimento técnico, a assessoria técnica que os bombeiros dão para o coração da nossa Cidade, que é o Mercado Público. E isso vale para todos nós, para cada cidadão. Parabéns, parabéns pela atuação de vocês, pela qualidade, muito obrigada pelo trabalho. Contem conosco para defendê-lo, ampliá-lo e qualificá-lo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Gostaria de estender um abraço especial a toda corporação do Corpo de Bombeiros, representada pelo Tenente-Coronel Luiz, e manifestar o meu apreço ao ofício de vocês: parabéns pelo desempenho realizado. A Ver.^a Comandante Nádia ressaltou algumas das atividades que vocês desempenham, e eu resalto, também, a questão de mergulhadores de resgate, que é uma importante tarefa também desempenhada pelo Corpo de Bombeiros, e que se pudermos avançar na questão do transporte hidroviário no nosso Município, terão ainda mais importância para a nossa sociedade. Nós fizemos, ano passado, uma emenda ao Orçamento de Porto Alegre de R\$ 300 mil para poder disponibilizar esse tipo de modal de transporte, tentando avançar na questão do deslocamento das pessoas, já que as nossas vias urbanas estão bastante comprometidas, o trânsito está muito estrangulado, e a importância de vocês, para salvaguardar as vidas e resgatar possíveis acidentes, vai preservar as vidas do cidadão de Porto Alegre. Eu gostaria também de enfatizar a importância da questão preventiva. Vocês muito trabalham nesse quesito, e os Vereadores tentam também colaborar das formas que podemos para evitar tragédias. Eu, por exemplo, efetuei dois Pedidos de Providências após visitar as escolas da rede municipal da nossa Cidade, à Prefeitura de Porto Alegre. Em um deles, que nós protocolamos aqui nesta Casa Legislativa na data de 2 de abril de 2018, falava sobre a péssima condição da instalação elétrica da EMEF de Surdos Bilíngue Salomão Watnick. O próprio quadro elétrico já teve um parecer muito negativo a partir da equipe que analisa a questão elétrica da própria SMED, eles mesmo já manifestaram preocupação com relação a isso. Pedimos a providência para que houvesse o reparo, sob o risco de incêndio, porque essa escola era uma “brizoleta”, portanto, toda a instalação é de madeira. Infelizmente, a resposta a esse Pedido de Providências veio da seguinte forma: que a Secretaria Municipal de Educação está aguardando, pois tem um projeto junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Só que esse financiamento no qual o projeto está inserido para reestruturação das escolas, está há mais de dois anos a passos de tartaruga e não temos ainda uma previsão para sua efetivação, mas vidas estão em risco. Então eu peço que o Corpo de Bombeiros já coloque essa escola dentro das possíveis visitas que precisarão ser feitas. Eu não ousou

pensar que desastres que poderiam ser impedidos aconteçam e que nós precisemos usar esta tribuna mais uma vez para lamentar perdas, nós não podemos aceitar isso. E o Corpo de Bombeiros visa salvaguardar a integridade física das nossas crianças.

Também fizemos um pedido de providências para que a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação tomasse providências com relação a dutos de alta tensão que passam na calçada da Escola Lidovino Fanton, lá no bairro Restinga Velha, por conta do deslocamento causado pelo crescimento de raízes de árvores. A resposta foi a mesma: “O projeto está no financiamento do BID e estamos aguardando liberação.” Alta tensão. Milhares de volts de eletricidade passando sob os pés das crianças. Essa irresponsabilidade toma conta, infelizmente, desta Cidade, por conta de secretarias inoperantes e irresponsáveis. Felizmente, alguns órgãos funcionam e o Corpo de Bombeiros é um exemplo.

Parabéns pelo trabalho de vocês. Esperamos não precisarmos contar com o seu trabalho nesses assuntos, mas é a realidade que estão enfrentando. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Tenente-Coronel Luiz Carlos Neves, Presidente Mônica Leal, colegas aqui presentes e todos que nos acompanham nesta tarde. Vou ficar no tema, Presidente. Eu quero saudar, inclusive, essa iniciativa do nosso colega e quero deixar claro que estivemos ouvindo os bombeiros sobre a questão do espaço físico que o Governo estava propondo que fosse no bairro Menino Deus. Eu sou morador do Menino Deus e defendi que a gente poderia ter aquele espaço para os bombeiros e para atividade esportiva da população. Acho que a gente poderia pensar numa maneira positiva sobre isso. Estranho que alguns Vereadores que foram contra digam que sempre lutam a favor dos bombeiros. Para ser a favor dos bombeiros, é importante que a gente escute o que os bombeiros têm a dizer, suas demandas. Inclusive o Comandante Cleber Pereira hoje me enviou alguns vídeos - aproveito para parabenizá-lo - que estão sendo produzidos pelos bombeiros, não só na questão de prevenção, mas educacional, sobre os extintores, sobre os perigos da questão elétrica; vídeos que estão sendo compartilhados nas redes, nas mídias, hoje. Elogiei, inclusive pessoalmente, o material que recebi do Comandante Cleber. Acho estranho porque alguns parlamentares não escutam os bombeiros, não entendem o projeto, e, num ano eleitoral, levam para o lado populista e depois dizem que estão ao lado das demandas dos bombeiros. Para estar ao lado das demandas dos bombeiros, tem que ouvi-los e lutar pelo que eles desejam.

Sobre o Funrebom, quero assumir o compromisso aqui com o nosso Tenente-Coronel Luiz Carlos, porque isso não procede. O projeto que está nesta Casa não extingue o Funrebom; há um grave problema de interpretação do texto. O que

existe aqui – ainda vamos avaliar – é uma questão contábil com os fundos. Até o final de 2016, aqueles fundos que, por contabilidade, contam, no Tesouro Nacional, como se nós tivéssemos devendo; aí, fica negativado no balancete. Não é recurso verdadeiro, mas a gestão anterior precisou utilizar o dinheiro desses fundos. Então, estamos surpresos que venham dizer... Inclusive, ontem mesmo, a Ver.^a Comandante Nádia estava debruçada trabalhando, porque estava preocupada com a questão do Funrebom. Eu não poderia deixar de rebater isso aqui, porque é dos bombeiros; e aproveito para parabenizar por estarem fazendo o que estão fazendo. Terão, em mim, sempre, um verdadeiro defensor das suas demandas, desde a época em que eu estava na Assembleia, acompanhei, inclusive, a questão do desdobramento dos bombeiros da Brigada Militar, enfim, devem ter condições de gerência dos seus próprios recursos. Saúdo o proponente, no dia de hoje, deste tema tão importante. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Luiz Carlos Neves Soares Júnior está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. LUIZ CARLOS NEVES SOARES JÚNIOR: Gostaria de agradecer as manifestações de carinho pelo Corpo de Bombeiros. Durante a minha fala, procurei obedecer ao tempo permitido do painel, não pude me estender tanto. Poderia ficar aqui a tarde toda falando sobre o Corpo de Bombeiros. Quero estender não só a mim, como Comandante, mas a todos os bombeiros que trabalham arduamente, tanto no atendimento de ocorrências operacionais de incêndios, de acidentes veiculares, porte de armas, remoção de fonte de perigo, quanto os bombeiros da prevenção de incêndios. Nós passamos a trabalhar de uma maneira muito forte, porque nós não queremos ser, de forma alguma, um obstáculo para aquele que quer empreender, que quer ter uma fonte de renda, de emprego. E o efetivo, hoje, que trabalha na Divisão e Prevenção de Incêndios, entendeu muito bem isso. Nós temos belíssimos exemplos de abnegação, de dedicação, de pessoas que, mesmo estando no seu horário de folga – porque nós acompanhamos, conseguimos acompanhar pelo sistema –, estão lá no final de semana e até no período noturno liberando processos eletrônicos para que não se acumulem. Isso sim é louvável. Acho que é isso que toda a população espera de um servidor público, que ele realmente se preocupe com a sua comunidade, com a sua sociedade e ofereça esse trabalho.

Nós acompanhamos ali o projeto sobre os fundos. Na exposição de motivos conta o Funrebom, por isso que mantivemos conversas com alguns Vereadores. Na verdade, qualquer mecanismo que interfira no funcionamento do fundo não vai reverter, de forma alguma, para o Município de Porto Alegre. As taxas oriundas que compõem esse fundo são taxas estaduais, e o próprio projeto de lei fala isso, que aqueles que tiverem recursos estaduais não serão mexidos. Acredito que seja importante só deixar muito claro que esse fundo deve ser de excepcionalização, se esse recurso não vier para o Funrebom, ele volta para o Governo do Estado. Eu acredito que toda a Câmara e todo

o Poder Executivo gostariam de ter esse recurso empregado no Município de Porto Alegre, para os habitantes de Porto Alegre. Assim funciona em todos os Municípios onde existem unidades do Corpo de Bombeiros, e o nosso objetivo, como Comandante, é apenas assessorar os senhores nos seus trabalhos, e que esse assessoramento reverta não para o bem dos Bombeiros, mas para o bem dos habitantes de Porto Alegre. Uma unidade bem equipada reverte em mais segurança, e é sempre isso que nós queremos, uma comunidade mais segura, um bom profissional e um governo mais seguro. Eu gostaria de homenagear os meus colegas bombeiros que aqui estão, agradecer pelo trabalho, agradecer pela dedicação, e como diz aquele velho ditado: “Juntos, nós somos mais fortes!”. Obrigado por esta oportunidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito útil a realização dos eventos, palestras e treinamentos que o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul está promovendo nessa primeira Semana Nacional de Prevenção Contra Incêndios, no seu primeiro Dia do Bombeiro como instituição independente, como bombeiro nacional, enfim, como nós tantas vezes falamos aqui. Eu quero agradecer; obrigada por trazerem à Câmara e aos cidadãos porto-alegrenses informações sobre esse trabalho de utilidade pública. De minha parte eu fico muito gratificada em poder contribuir a partir do projeto de lei que criei pensando na segurança dos porto-alegrenses, imediatamente após a tragédia da Boate Kiss, desde o dia 30 de agosto de 2013, ficou proibido o uso de fogos de artifício e assemelhados em locais fechados da nossa Capital. Então, agradeço em nome da Câmara Municipal a sua presença, a sua explanação.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Procede-se à entrega da Placa e registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h25min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h29min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidente dos trabalhos no momento, Ver.^a Nádia; colegas Vereadores e colegas Vereadoras, público que nos acompanha aqui no plenário e na TVCâmara. Ontem, nosso partido, juntamente com a bancada, fez uma coletiva aqui na Câmara para publicizar o voto que nós daremos no projeto de lei mandado pelo Governo Municipal aqui para a Câmara de Vereadores, sobre o IPTU. Eu sei que o Governo tem uma missão de resolver os problemas da Cidade, como também nós, Vereadores, que fomos eleitos pela população de Porto Alegre, temos a responsabilidade de fazer uma oposição, no caso específico, hoje, responsável, porque a Bancada do PT está na oposição. Sabemos que em muitos dos projetos mandados, pelo Governo, para esta Casa, nós não temos acordo, porque nós temos posições divergentes. Então, nem sempre vamos concordar com alguns projetos que vêm do Executivo, até mesmo de alguns Vereadores, mas a grande maioria, como é de iniciativa de Vereador, tem um espaço enorme para nós debatermos aqui, na Pauta, nas Comissões e também no plenário. No caso do Executivo, neste pacote que o Governo mandou, de 16 projetos, era óbvio que não só a oposição como também outros partidos considerados aqui como bancadas independentes pudessem ter posição, como teve posição a própria base do Governo que saiu dividida nesta questão do projeto do IPTU. Então, transferir a responsabilidade, como fez o Prefeito, no dia de hoje e ontem, dizendo que, por causa da Bancada do PT, o IPTU não será aprovado... Acho que beira à irresponsabilidade não conseguir visualizar que a própria base do Governo aqui na Câmara está dividida. Inclusive três Vereadores do PP, que são da base do Vice-Prefeito, votarão contra o projeto do IPTU. E não é por que, em tese, tivemos reuniões com o Prefeito, ponderamos algumas questões sobre o imposto progressivo, pois o PT sempre foi favorável a quem tem mais patrimônio pagar mais e pagar menos quem tem menos patrimônio. Isso é uma lógica antiga que o PT sempre defendeu, mas não se trata só disso. O projeto original do Governo, além de isentar o Centro Histórico da Cidade – e no Centro da Cidade um número significativo de grandes empresários – em torno de 25% de desconto, ele também não manteve o atual imposto para os vazios urbanos; ele baixou consideravelmente. E os vazios urbanos – para esclarecer ao cidadão que está nos assistindo – são aqueles grandes terrenos vazios, desocupados na nossa Cidade, na área urbana, dos quais geralmente os proprietários são grandes empresários. Ele baixou o imposto dos vazios urbanos. Mais do que isso, o Prefeito diz que, na grande maioria – e isso está no projeto –, uma parcela significativa terá um imposto menor. Pode ser assim agora, mas, ao longo dos três anos, com reajuste de 30% ao ano do valor venal, ele será maior do que hoje. É só o cidadão fazer os cálculos.

Mais do que isso, o pacote trazido pelo Governo, além dessas incoerências, também dialoga com uma posição antidemocrática, eu diria. Por que não receber os servidores para discutir a questão do pacote do funcionalismo? Eu tenho certeza de que os próprios servidores públicos iriam ceder em alguns projetos e nós iríamos ter as galerias lotadas dizendo inclusive para nós: “Nesses até concordamos.” Mas, em

conquistas históricas, como por exemplo a questão do RET, RETDE, dedicação exclusiva, é difícil nós, Vereadores, que andamos nas comunidades, imaginarmos que aquele profissional da saúde que hoje faz um percentual de horas a mais, porque tem uma dedicação exclusiva, e ganha mais, é óbvio, perderá isso. A unidade de saúde ficará com quem? Quem é que vai atender a população? Então, tenho uma enorme divergência nesse sentido e por isso a Bancada do PT, como outras, nobre Presidente, se posicionou contrariamente.

Então, eu queria dizer ao nobre Prefeito que temos a maior estima e consideração pelo seu trabalho, pela sua dedicação, mas nós, enquanto Bancada, Ver. Moisés, trazemos a nossa posição enquanto partido, enquanto bancada. Era preciso avançar? Sim! Havia espaço para avançar, mas o Prefeito tem que sinalizar. Não dá para continuar sem cortar na própria carne. Nós percebemos que os CCs continuam aumentando. É preciso cortar significativamente, não só as secretarias, como o Governo fez, na reforma administrativa, no início do mandato, mas também dizer que reduziu o número de CCs, trabalhar no Portal Transparência, divulgar para a sociedade o que de fato está acontecendo, senão fica muito obscuro. Por isso a bancada do PT, com todo o respeito que temos por todas as bancadas, posicionou-se claramente. E não foi só a bancada do PT, outras bancadas também estão se posicionando contrariamente por várias razões.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Muito obrigado, Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon já está inscrita em Liderança pela oposição, logo após, faremos a verificação de quórum.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia por preservar a nossa fala. Quero tratar de um tema que diz respeito a todos nós, porto-alegrenses e gaúchos, e que tem muito a ver com o debate do dia de hoje, dia nacional em defesa dos bancos públicos e das empresas públicas. E tem a ver com a melhor gestão possível que atenda ao cidadão, que garanta um bom serviço e que garanta ao cidadão que ele não pague mais por esses bons serviços. Quero usar como exemplo a defesa de que os bancos públicos e as empresas públicas podem, sim, ser bons gestores e garantir qualidade, financiamento e provimento de questões fundamentais, como diesel e gasolina. Nós estamos vendo mais uma vez o aumento de

gasolina por aumento de impostos, mas, finalmente, a Justiça determinou que o governo interino, o governo golpista Temer não venda mais empresas públicas, portanto está sustada a venda da Refap, a nossa refinadora, que está trabalhando com 60% da sua capacidade, quando o Brasil está desabastecido ou pagando preços caríssimos pelo óleo e pela gasolina. Mas usarei outro exemplo, usarei o exemplo da Concepa. O exemplo da concessão, melhor dizendo, das rodovias, como o caso da *freeway* que agora está com as cancelas abertas, surpreendendo o povo gaúcho. Não foi renovado o contrato, não foi realizada nova licitação e havia um questionamento, sim, dos valores e uma falta de controle das receitas da Concepa. E todos agora falam: será um ano sem a concessionária cuidando, garantindo socorro, fazendo os reparos. E não precisa ser assim. O Rio Grande do Sul construiu a sua Empresa Gaúcha de Rodovias, a EGR, uma empresa enxuta, criada no Governo Tarso, e que pode, imediatamente, assumir as cancelas da *freeway*, assumir o trabalho que a Concepa fazia, garantindo os empregos, reduzindo, imediatamente, 20%, quiçá, da tarifa do pedágio, garantindo a manutenção da via, garantindo o socorro necessário aos automóveis e usuários desta via. Por que não? Se temos uma empresa pública, temos uma estrutura que tem que voltar para o Estado, porque esta é a regra, por que vamos deixar degradar por um ano as vias que estavam concedidas à Concepa? É necessário que o Governo do Estado saiba dar valor às empresas públicas, assuma a gestão da empresa pública. O Governador Sartori está saindo, tentando fechar, na verdade, essa empresa, como tentou fechar a Fundação Piratini, a nossa FM Cultura e nossa TV pública; nós não concordamos e sei que os gaúchos darão resposta neste ano eleitoral, mas, neste momento, queremos que a EGR, a Empresa Gaúcha de Rodovias assuma o trecho que a Concepa deixou agora desguarnecida.

O povo gaúcho está cansado de pagar pedágio, poderá pagar mais barato e garantir uma boa via, porque o retorno será público, garantindo os próprios empregos. Então tem solução pública, sim, como o Mercado Público de Porto Alegre, que interessa a todos os gaúchos, tem receita própria, uma receita de R\$ 320 mil mensais, que são suficientes para mantê-lo limpo, seguro, atualizado, e foi feita uma parceria com os próprios permissionário. Portanto, há solução, sim; aliás, a melhor solução é uma boa gestão via bom serviço público. Então marco este dia de luta na defesa dos bancos públicos que promovem desenvolvimento, que financiam o desenvolvimento, que financiam os mais pobres na moradia, como a Caixa Federal, e as empresas públicas que, se bem geridas, representam desenvolvimento com inclusão social neste País.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez Vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h45min.)

* * * * *